

## Outras medidas impopulares de ajuste

*RIBAMAR OLIVEIRA*

Embora a atenção da sociedade esteja voltada para a proposta de reforma da Previdência Social que o governo Jair Bolsonaro irá encaminhar ao Congresso, a equipe econômica prepara outras medidas que também terão grande dificuldade de aprovação. Elas são necessárias para o governo cumprir o teto de gastos da União nos próximos anos. Bolsonaro terá, por exemplo, de propor uma nova fórmula de correção do salário mínimo, que valerá a partir de janeiro de 2020.

Durante a transição, a equipe econômica do ex-presidente Michel Temer sugeriu ao novo governo, em documento, que não fosse concedido aumento real para o salário mínimo durante, pelo menos, os próximos três anos. O mínimo seria reajustado apenas pela inflação do ano anterior, medida pelo INPC. Com isso, o valor real do piso salarial seria mantido constante nos próximos anos. Até 2019, o mínimo foi corrigido pelo INPC e acrescido de um aumento igual ao crescimento real do Produto Interno Bruto (PIB) de dois anos antes.

Com a medida, a equipe de Temer estimou ser possível economizar R\$ 7,6 bilhões em 2020, R\$ 22,3 bilhões em 2021 e R\$ 39,1 bilhões em 2022. A economia nos três anos seria, portanto, de R\$ 69 bilhões. O salário mínimo é o piso dos benefícios previdenciários e assistenciais.

Se ele não tiver aumento real, as despesas previdenciárias e assistenciais também serão menores. De acordo com o anexo de riscos fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), válida para 2019, cada R\$ 1 de aumento no salário mínimo gera um incremento de R\$ 303,9 milhões ao ano nas despesas do governo.

Há um dado curioso na projeção feita pela equipe de Temer e que consta do documento intitulado "Panorama Fiscal Brasileiro": o ganho fiscal de 2020 a 2022 com a ausência de aumento real para o mínimo seria maior do que a economia a ser obtida com a reforma da Previdência Social no mesmo período (ver tabela abaixo).

Se a emenda aglutinativa à proposta de reforma da Previdência Social, que estava sendo relatada pelo deputado Arthur Maia (DEM-BA), fosse aprovada, a área econômica de Temer acreditava ser possível obter uma economia de despesas de R\$ 6,3 bilhões em 2020, primeiro ano de vigência das mudanças, R\$ 18,6 bilhões em 2021 e R\$ R\$ 32,8 bilhões em 2022, em um total de R\$ 57,7 bilhões no período. O montante é, portanto, inferior ao que seria obtido com a ausência de reajuste real para o mínimo.

Outra medida sugerida pela equipe econômica de Temer foi suspender, por um determinado período, reajustes salariais para os servidores da União. Além disso, a proposta prevê a realização de concursos públicos apenas para reposição de vagas, ou seja, não haveria criação de postos na administração federal direta.

Temer tentou adiar o reajuste dos servidores do Executivo previsto para primeiro de janeiro deste ano.





Não conseguiu, pois o ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal (STF), concedeu liminar cancelando a medida. Em julho deste ano, haverá nova rodada de negociação do governo com os servidores do Executivo. Neste momento, a equipe econômica terá que dizer se negará o reajuste salarial para 2020.

A questão mais delicada nessa área é que o governo federal não tem ingerência nas políticas de pessoal do Judiciário e do Legislativo. Se os servidores desses dois poderes e do Ministério Público da União tiverem aumento salarial, será difícil o governo negar, por muito tempo, reajuste para os servidores do Executivo.

Nova fórmula para o salário mínimo pode não ter reajuste real

Como o pagamento de servidores ativos e inativos, civis e militares é a segunda maior despesa primária do Orçamento da União, a ausência de reajuste salarial teria forte impacto

nas contas. A equipe de Temer estimou uma economia de R\$ 15,4 bilhões em 2020, R\$ 30,4 bilhões em 2021 e R\$ 50,9 bilhões em 2022. Ou seja, o ganho fiscal seria de R\$ 96,7 bilhões em três anos - bem acima da economia que seria obtida com a reforma da Previdência Social nos três primeiros anos.

Uma terceira medida sugerida pela equipe de Temer foi mudar as regras de elegibilidade para recebimento do abono salarial. Atualmente, os trabalhadores que ganham até dois salários mínimos têm direito ao benefício. A proposta é que apenas os trabalhadores que ganham até um salário mínimo por mês continuem a receber o abono.

Com a adoção dessa proposta, o Ministério da Fazenda de Temer estimava que a economia seria de R\$ 7,9 bilhões em 2020, de R\$ 17,1 bilhões em 2021 e de R\$ 18,1 bilhões em 2022. Ou seja, no espaço de apenas três anos, o ganho fiscal com a medida seria de R\$ 43,1 bilhões.

Se todas as medidas sugeridas fossem aprovadas, incluindo a reforma da Previdência, a estimativa do Ministério da Fazenda era de que seria obtida uma economia de R\$ 37,2 bilhões em 2020, de R\$ 88,5 bilhões em 2021 e de R\$ 141 bilhões em 2022. Com isso, a equipe de Temer acreditava que seria possível manter o teto de gastos, sem cortar excessivamente os investimentos e as despesas de custeio da máquina administrativa.

Não se sabe ainda quais medidas desse "cardápio amargo" apresentado pela equipe de Temer foram acolhidas pela equipe econômica de Bolsonaro. Mas parece evidente que não será possível adotar medidas muito diferentes do que as que foram sugeridas durante a transição de governo.

Ribamar Oliveira é repórter especial e escreve às quintas-feiras

E - m a i l :  
ribamar.oliveira@valor.com.br





## Cardápio amargo

Impactos das medidas de despesa para cumprir o teto – R\$ bilhões

	2020	2021	2022
Reforma da Previdência <sup>1</sup>	6,3	18,7	32,9
Pessoal <sup>2</sup>	15,4	30,4	50,9
Abono salarial <sup>3</sup>	7,9	17,1	18,1
Reajuste do salário mínimo <sup>4</sup>	7,6	22,3	39,1
<b>Total</b>	<b>37,2</b>	<b>88,5</b>	<b>141,0</b>

Fonte: Panorama Fiscal Brasileiro, elaborado pelo Ministério da Fazenda. 1 Emenda aglutinativa à proposta Temer para a reforma da Previdência; 2 Não haverá reajuste salarial para os servidores no período e a realização de concursos será feita apenas para reposição de vacância; 3 Abono salarial será pago apenas para quem ganha até um salário mínimo mensal; 4 Não haverá aumento real para o salário mínimo no período

## Pedido de socorro à União

*Seis estados tentam entrar no Regime de Recuperação Fiscal para sanar crise*

MANOEL VENTURA,  
GABRIELA VALENTE E  
RENNAN SETTI

BRASÍLIA E RIO- A equipe econômica já trabalha em formas de ajudar os novos governadores a tirarem seus estados do vermelho. Ao menos seis estados (Minas Gerais, Goiás, Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte, Roraima e Mato Grosso) têm mantido conversas com o Tesouro Nacional sobre a possibilidade de ingressar no Regime de Recuperação Fiscal (RRF) — pelo qual podem ficar até seis anos sem pagar suas dívidas com a União e receber aval para empréstimos em troca da adoção de medidas de ajuste fiscal.

O problema é que nem todos atingiram as condições mínimas para ingressar no RRF. Alguns governadores já falam abertamente, porém, na possibilidade de mudar o regime para permitir que seus estados se enquadrem.

Segundo técnicos da área econômica, embora estejam em crise, os estados teriam que estar com indicadores muito piores para poder atingir as condições para enquadramento. É preciso, por exemplo, que as despesas com pessoal, juros e amortizações sejam

iguais ou maiores que 70% da receita corrente líquida (recursos disponíveis) e que as obrigações sejam maiores que a disponibilidade de caixa. Até agora, apenas o Rio de Janeiro — de longe o estado em piores condições — conseguiu entrar no RRF.

— Vários estados ainda estão apurando com a nossa ajuda o tamanho real do problema fiscal. Qual o tamanho do déficit orçamentário e o total de despesas atrasadas que ainda não estão em restos a pagar? Vários não têm essas contas — explicou um técnico do governo.

Além de enviar equipes do Tesouro in loco para esmiuçar as contas regionais em situação mais grave (Minas Gerais, Goiás e Rio Grande do Sul), o Ministério da Economia tem recomendado a adoção de medidas como aumentos de impostos e privatização de estatais para reequilibrar as finanças. As sugestões foram incluídas num guia para governadores publicado ontem.

### RESPONSABILIDADE

O ministro da Economia, Paulo Guedes, recebeu ontem quatro governadores: Romeu Zema (MG), Helder Barbalho (PA), Mauro Mendes (MT) e Ronaldo Caiado (GO). Todos pediram algum tipo de ajuda para fechar as contas. Os técnicos do governo reconhecem que

as condições exigidas para ingresso no regime de recuperação são muito duras e acabam deixando os estados num limbo: não conseguem pagar as contas em dia, mas não conseguem ser socorridos pelo governo federal.

Após o encontro, o governador do Mato Grosso afirmou que decretará calamidade financeira no estado hoje. Após a aprovação do decreto pela Assembleia Legislativa — que não entrou em recesso porque não conseguiu votar o orçamento deste ano — o governador deve colocar em prática um plano de recuperação.

Ele evitou comentar se o estado quer entrar no regime de recuperação fiscal e disse apenas que pediu a Paulo Guedes que liberasse recursos do Fundo de Exportação, que não teriam sido pagos no ano passado:

— É um canudinho para que não morramos afogados. Precisamos sobreviver.

Segundo ele, Guedes pediu um estudo rápido e objetivo sobre o fundo de exportação. A liberação auxiliaria outros estados exportadores. Mato Grosso, entretanto, teria direito à maior parte do bolo (R\$ 500 milhões) por ser vendedor de commodities agrícolas.

No caso de Goiás, integrantes do Tesouro Nacional já se





comprometeram a enviar uma equipe de técnicos para avaliar as contas do estado. O governo federal irá esperar o resultado da auditoria para saber se Goiás se enquadra no regime de recuperação fiscal ou propor outra solução para a crise. Em razão da inadimplência, Goiás foi rebaixado para o último nível de capacidade de pagamento medido pelo Tesouro, o que impossibilita o pedido de empréstimos com garantia federal.

Já Minas Gerais sequer tem nota de crédito atribuída pelo Tesouro, em relatório divulgado no ano passado. O estado não enviou todas as informações necessárias para a classificação, o que deve dificultar ainda mais inserir o estado no regime de recuperação.

Uma equipe de 12 técnicos do Tesouro esteve em Belo Horizonte no início da semana para traçar um diagnóstico da situação. Após essa etapa, o governo de Romeu Zema quer desenhar as principais medidas e contrapartidas que lhe permitam aderir ao plano de recuperação fiscal.

Em 2018, o déficit do regime de

Previdência mineiro até outubro de 2018 ficou em R\$ 13,4 bilhões. Já o déficit orçamentário fechou em R\$ 11,4 bilhões.

O Rio Grande do Sul tenta há meses fechar um acordo para entrar no regime. Esbarra, porém, nas resistências em alterar regras locais de divulgação de dados com pessoal e em vender o Banrisul.

O governador do Pará, Helder Barbalho (MDB), afirmou que o governo federal capitaneará um processo para responsabilizar os governadores anteriores e Tribunais de Contas Estaduais (TCEs) pela quebraadeira generalizada nos estados.

Segundo Barbalho, o governo federal compreende que os novos gestores estão comprometidos com o ajuste das contas dos estados e não podem ser punidos pela má conduta dos antecessores. Ele disse que o Tesouro Nacional pedirá aos TCEs um levantamento de alertas feitos e ignorados pelos antigos governadores. O assunto deve ser tratado no Fórum dos Governadores em fevereiro.

— Há uma busca de movimento para tentar responsabilizar os antecessores. O Tesouro Nacional deve convocar os Tribunais de Contas dos Estados já para os próximos dias — falou o governador.

O secretário de Planejamento e Finanças do Rio Grande do Norte, Aldemir Freire, defende que o Tesouro crie um programa diferente de ajuda a estados em dificuldade, com base em outros critérios e com outro tipo de suporte:

— Temos interesse em entrar no programa, mas não nos enquadrámos nesse que está aí, e ele tampouco atende nossas necessidades. Nossa dívida financeira é de R\$ 250 milhões por ano, mas temos um passivo com servidores e fornecedores da ordem de R\$ 2,5 bilhões. Temos quatro folhas em aberto.

Freire disse que propôs a mudança ao Tesouro em reunião na semana passada e que seus interlocutores se mostraram "sensíveis" à ideia.

**ENTREVISTA / Cristiane Alkmin, secretária de fazenda de goiás****‘Tem que ter certa flexibilização’**

*A secretária de Fazenda de Goiás defende que o Tesouro flexibilize critérios para a adesão ao programa de recuperação fiscal.*

***Porque Goiás quer entrar no regime de recuperação fiscal?***

Com base nos dados de 2017, Goiás se encaixava em um dos critérios. Com os de 2018, fica claro que nos encaixamos em dois deles. O problema é que entendemos alguns itens como dívida, e o Tesouro não, o que faz com que não nos encaixemos no último critério, que é uma dívida consolidada líquida maior que a receita corrente.

***Quais itens, por exemplo?***

O governo anterior não empenhou a folha do Executivo de dezembro de 2018, que é de R\$ 1,6 bilhão. Isso quer dizer que, em janeiro, não consigo pagá-la. Para regularizar isso, preciso apresentar o Orçamento de 2019 já com essa

despesa. O problema é que o Tesouro não considera isso como dívida corrente líquida. Só se eu não pagar em 12 meses. É engraçado, porque tem que ficar cada vez pior para eles poderem me ajudar. Se considerassem, já estaríamos atendendo a todos os critérios.

Outros estados estão na fila.

***A senhora acredita que o Tesouro deva flexibilizar os critérios?***

Tem vários outros estados, e o governo federal tem que ter um plano para quem está na (condição) intermediária, que atingiu os critérios, mas sobre os quais haja alguma dívida. Tem que ter uma margem de erro, certa flexibilização. Nesses casos, que se faça um tratamento um pouco diferenciado, um programa com alguma obrigação, um período menor... Mas que deixe não pagar o serviço da dívida por um tempo. Essa é a demanda de Goiás.

***Para Goiás, o regime é imprescindível?***

Não posso falar que seja, mas seria bom termos um fôlego para dar prioridade à folha de dezembro e a outros restos apagar, que somam R\$ 13,4 bilhões. Quero

entrar no regime para encurtar o sofrimento, porque teríamos um alívio da ordem de R\$ 2 bilhões com juros e amortizações.

***Sem o acordo, Goiás deixará de honrar folha?***

O salário de janeiro em diante agente vai pagar, apesar das dificuldades. O salário de dezembro, vamos pagar também. Em nenhuma situação vamos dar calote, mas precisamos apresentar o Orçamento. E não conseguimos pagar de uma só vez, o fluxo de caixa não permite. Mas pagaremos em menos vezes se tivermos ajudado governo.

(Rennan Setti)

## Governo quer identificar alertas ignorados, diz Barbalho

Governador do Pará afirma que União vai liderar processo para responsabilizar gestores anteriores por quebra de estados

O governador do Pará, Helder Barbalho (MDB), afirmou que o governo federal capitaneará um processo para responsabilizar os gestores anteriores e Tribunais de Contas Estaduais (TCEs) pela quebra de estados. Ele se reuniu com o ministro da Economia, Paulo Guedes, que teria dito que a intenção é fechar um acordo com os novos governadores para que a investigação seja iniciada.

De acordo com Barbalho, há uma clara compreensão do governo federal de que os novos gestores estão comprometidos com o ajuste das contas dos estados e não podem ser punidos ou terem os mandatos inviabilizados pela má conduta dos antecessores. Ele disse que o Tesouro Nacional pedirá aos TCEs um levantamento de alertas feitos e ignorados pelos antigos governadores.

O governo federal também quer que os novos governadores levantem

possíveis omissões de técnicos das Cortes estaduais de contas que legitimaram gestões que não foram responsáveis no campo fiscal.

— Há uma busca de movimento para tentar responsabilizar os antecessores. O Tesouro deve convocar os Tribunais de Contas dos Estados já nos próximos dias — comentou Barbalho.

Ele explicou, ao sair do encontro com o ministro, que o assunto deve ser tratado no Fórum dos Governadores marcado para o início de fevereiro.

No caso de Minas Gerais, uma equipe de 12 técnicos do Tesouro esteve em Belo Horizonte no início da semana para traçar um diagnóstico da situação. Após essa etapa, o governo de Romeu Zema quer desenhar as principais medidas e contrapartidas que lhe permitam aderir ao plano de recuperação fiscal.

Em 2018, o déficit do regime de Previdência mineiro até outubro estava em R\$ 13,4 bilhões. Já o déficit orçamentário fechou em R\$ 11,4 bilhões.

O Rio Grande do Sul tenta há meses fechar um acordo para entrar no regime. Esbarra, porém, nas resistências em alterar regras locais de divulgação de dados com pessoal e em vender o Bannisul.

— Precisamos de um ajuste fiscal amplo. Nesse sentido, o regime de recuperação terá que estar alinhado às outras medidas que serão apresentadas. Nesse momento, avaliamos os impactos dessas medidas — disse o secretário de Fazenda Marco Aurélio Cardoso.

No Rio, o secretário de Fazenda, Luiz Claudio de Carvalho, disse, em nota, que o Estado atua "no sentido de cumprir todas as contrapartidas determinadas no regime", mas acrescentou que seu Plano de Diretrizes prevê que, em 180 dias, a Fazenda vai "reavaliar e propor alternativas às contraprestações do regime." O novo governador Wilson Witzel tem se declarado contrário à privatização da Cedae, operação prevista no acordo que viabilizou o regime de recuperação.



## CONJUNTURA »

# Orçamento mantém concursos

*Lei sancionada por Bolsonaro, com dois vetos, prevê preenchimento de 43.373 vagas e criação de 4.851 cargos. Executivo tem o maior número de oportunidades, 42,8 mil, sendo 22,5 mil para educação*

» SIMONE KAFRUNI  
» MARIANA FERNANDES

O presidente Jair Bolsonaro sancionou o Orçamento de 2019, que estima em R\$ 3,382 trilhões a receita da União, com dois vetos parciais, nenhum relacionado com as vagas previstas em concursos públicos. Na peça orçamentária publicada ontem no Diário Oficial da União, estão previstas 48.224 vagas, sendo 43.373 para provimento e 4.851 para criação de cargos. O Executivo tem o maior número de oportunidades (42,8 mil), sendo 22,5 mil para a educação. No Legislativo, são 384 cargos e no Judiciário, 2.973. Além disso, foram autorizadas no Orçamento mais de 2 mil vagas nas polícias Civil e Militar e no Corpo de Bombeiros do Distrito Federal.

O governador do DF, Ibaneis Rocha, afirmou durante o lançamento do programa SOS DF Segurança que trabalha para lançar, ainda este mês, concurso para recompor as forças do DF. Segundo ele, há um déficit de 7 mil policiais na Polícia Militar, e o mesmo

problema de falta de contingente atinge a Polícia Civil.

Na peça sancionada, as despesas somam R\$ 3,262 trilhões, dos quais R\$ 351 bilhões são gastos com pessoal, incluídos R\$ 109 bilhões com inativos. Do R\$ 1,3 trilhão de outras despesas correntes (veja quadro), R\$ 625 bilhões são com a Previdência e o restante para manutenção do Estado. “O governo gasta quase R\$ 379 bilhões com juros e encargos da dívida e mais R\$ 1 trilhão com amortização. O gasto financeiro com a dívida pública, que nunca foi auditada, é mais que o dobro da Previdência e vai consumir 44% de todo o Orçamento”, alertou Maria Lucia Fattorelli, coordenadora nacional da Auditoria Cidadã da Dívida.

Maria Lucia ressaltou que o governo apresenta um déficit fiscal de R\$ 139 bilhões, mas não computa algumas receitas. “Há um item que é remuneração da conta única pelo Tesouro, de R\$ 91 bilhões, o resultado do Banco Central, de R\$ 26,5 bilhões, e R\$ 22,5 bilhões de recebimento de juros e amortizações de estados e municípios. Se somar tudo isso, dá R\$ 140 bilhões e cobre o déficit”, contabilizou.

### Regra de Ouro

Para Gabriel Leal de Barros, diretor do Instituto Fiscal Independente (IFI) do Senado, o

mais relevante do Orçamento é a insuficiência de recursos para cumprir a regra de ouro, que impede usar operações de crédito para pagar despesas correntes. “A previsão é de R\$ 248 bilhões. Apesar do repasse do Banco Central, vai ficar um rombo”, destacou. Segundo Barros, também devem entrar em caixa recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Em 2019, para cumprir a regra de ouro, o Congresso deverá aprovar crédito adicional à Lei Orçamentária. A Constituição permite o excesso, desde que autorizado pelo Legislativo por meio de crédito adicional atípico, cuja aprovação é por maioria absoluta, explicou Barros. Essa possibilidade foi condicionada à justificativa do governo para a escolha das programações.

Bolsonaro vetou a reestruturação das carreiras do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e a criação de fundo especial no Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O fundo foi vetado, segundo o governo, porque fere o novo regime fiscal do teto de gastos. “O Poder Executivo é impedido de viabilizar a execução de despesa de competência de outro Poder, em razão de suas despesas estarem limitadas”, informou o texto. “O corte terá impacto direto em projetos que visavam à modernização da







prestação jurisdicional e consequente melhoria do serviço à população. Entretanto, o veto é uma prerrogativa da Presidência da República”, afirmou o CNJ, em nota.

Na justificativa da decisão sobre o Incra, o presidente afirmou que a mudança na estrutura de carreiras e o aumento salarial infringem a Constituição. “A inclusão do item durante a tramitação do projeto desconsidera a discricionariedade da administração para priorizar e harmonizar suas necessidades conforme os critérios de conveniência e oportunidade”, destacou.

Segundo o Incra, em dezembro de 2017, foi encaminhado à Casa Civil estudo propondo a reestruturação das carreiras da autarquia, que, em novembro de 2018, tinha 4.396 servidores ativos. “Uma das reivindicações dizia respeito à instituição de gratificação de qualificação, existente em outros órgãos da Administração Pública federal. Outra, foi a necessidade de atualização do quadro de pessoal”, afirmou, em nota.

O diretor nacional da Associação Nacional dos Servidores Públicos Federais Agrários (Cnasi/An), Reginaldo Marcos Aguiar, explicou que o impacto orçamentário da alteração, vetada pelo presidente, foi calculado em R\$ 216 milhões para 2019.

## **MPF proporá ação contra a Marinha**

O Ministério Público Federal (MPF) vai propor ação civil, com pedido de liminar, contra a regra do concurso da Marinha do Brasil que exige de candidatas mulheres a apresentação de laudo médico sobre “estado das mamas e genitais” ou a realização de verificação clínica durante a inspeção de saúde. O MPM considerou discriminação de gênero, já que há exigência de laudo que aponte a existência de alguma das enfermidades incapacitantes listadas no edital. Em nota, a Marinha informou que adotou as medidas necessárias para atender ao MPF e que não havia sido notificada sobre a ação. “Após a intimação oficial e a análise do referido processo judicial, serão adotadas as providências pertinentes para o caso.”





## Recursos para o ano

Presidente Bolsonaro sanciona peça orçamentária com dois vetos parciais

### Receita (em R\$ bilhões)



**Total 3.382**

### Despesa (em R\$ bilhões)

#### Despesas correntes



**Total 2.048**

#### Despesas de capital



**Total 1.165**

Reservas | 48

**Total 3.262**

### Vetos

- Reestruturação das carreiras do Inca
- Criação de fundo especial no CNJ





### Distribuição

Despesa dos orçamentos fiscal e de seguridade social por órgão  
(em R\$ bilhões)

Câmara dos Deputados	6,3
Senado Federal	4,5
TCU	2,2
STF	0,778
STJ	1,6
Justiça Federal	12,8
Justiça Militar da União	0,593
Justiça Eleitoral	8,6
Justiça do Trabalho	22,1
Justiça do DF e Territórios	3,0
CNJ	0,231
Presidência da República	7,1
Agricultura	11,9
MCTIC	15,3
Fazenda	29,9
Educação	122,9
MDIC	3,4
Defensoria Pública da União	0,623
Justiça	2,03
MME	9,9
MP da União	7,0
MRE	3,6
Saúde	132,7
CGU	1,08
Transportes	19,9
Trabalho	89,7
Cultura	2,8
MMA	3,7
MPOG	7,1
Esporte	1,1
Defesa	107,7
Integração Nacional	5,6
Turismo	0,917
Desenvolvimento Social	508,2
Cidades	9,6
Conselho Nacional do MP	0,097
Vice-presidência	0,019
AGU	13,8
Encargos financeiros	54,8
Direitos Humanos	0,470
Segurança Pública	15,7
Reserva	9,3
Programações*	248,9
Transferências a estados, DF e municípios	288,2
Operações de crédito	50,7
Dívida pública federal	1.422

\* Condicionadas à aprovação legislativa

## INSS define reajustes

» VERABATISTA

Aposentadorias, pensões, salário-família, auxílio-reclusão e demais benefícios pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) entrarão nos contracheques de janeiro com um valor maior. O Ministério da Economia publicou, ontem, no Diário Oficial da União (DOU), a Portaria nº 9 com os reajustes. Para quem ganha o piso nacional como benefício, o aumento foi de 4,61%. O valor passou de R\$ 954 para R\$ 998. Quem recebe acima do mínimo terá a aposentadoria reajustada em 3,43%. O teto, que no ano passado era de R\$ 5.645,80, atingiu R\$ 5.839,45. O dinheiro entrará na conta entre 25 de janeiro e 7 de fevereiro, de acordo com o número final do benefício, sem considerar o dígito. Quando o dia do pagamento cair no feriado, o depósito será no dia útil seguinte.

A correção das aposentadorias com valor acima do piso salarial é feita pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acumulado em 2018. Para o mínimo de 2019, a fórmula determina a soma do resultado do PIB de 2017 (alta de 1%) e o INPC de 2018. Nenhum benefício pode ter

valor inferior ao mínimo: de Prestação Continuada (BPC), aos pescadores, aeronautas, seringueiros, amparo social ao idoso e à pessoa com deficiência, renda mensal vitalícia e a vítimas de várias doenças (autorizadas por lei).

Presos

O auxílio-reclusão (com base no salário do preso enquanto ele trabalhava) passou de R\$ 1.319,18 para R\$ 1.364,43 o valor máximo, com aumento de R\$ 45,25. A Portaria definiu, ainda, o valor da cota do salário-família por filho até 14 anos de idade, ou inválido de qualquer idade. Será de R\$ 46,54 para segurados com remuneração até R\$ 907,77. E de R\$ 32,80 para quem receber de R\$ 907,77 a R\$ 1.364,43. Aposentados e pensionistas que começaram a receber o benefício em 2018 terão reajuste proporcional à inflação acumulada do período.

Somente com o reajuste para R\$ 998, o incremento na economia será de R\$ 27,1 bilhões, aponta o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese). Na arrecadação tributária sobre o consumo, o avanço chega a R\$ 14,6 bilhões.

## **Com dois vetos, presidente sanciona Orçamento de 2019**

Por Fernando Exman | De Brasília

O presidente Jair Bolsonaro sancionou a proposta orçamentária para 2019 em despacho publicado na edição de ontem do "Diário Oficial da União", com dois vetos a pedido do Ministério da Economia.

O primeiro veto de Bolsonaro trata de trecho que previa alteração da estrutura de carreiras e aumento de remuneração dos servidores do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Em sua justificativa, o presidente afirmou que não havia autorização específica para a medida.

O segundo foi à criação do Fundo Especial no Conselho Nacional de Justiça para investimento em inovação e modernização tecnológica dos órgãos do Poder Judiciário, no valor de R\$ 10 milhões.

Aprovado no fim do ano passado, o Orçamento ainda considera a estrutura do governo de Michel Temer e deve passar por ajustes. Os vetos à peça também passarão por análise do Congresso Nacional.

## Para MEC, nomeações de dirigentes foram regulares

Por Hugo Passarelli | De São Paulo

O Ministério da Educação (MEC) rechaçou ontem que exista ilegalidade nas nomeações de presidentes-substitutos para o Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação (FNDE) e para o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep). De acordo com parecer da assessoria jurídica da pasta, a viabilidade para a decisão está no mesmo decreto que em tese vetaria o ato: o de nº 8.821 de julho de 2016.

Embora o decreto determine, em seu artigo 2º, que cabe ao ministro da Casa Civil as indicações para os níveis 5 e 6 do Grupo de Direção e Assessoramento Superiores (DAS), o parecer divulgado pelo MEC diz que o artigo 3º permite tal iniciativa para cargos de confiança. Além disso, o comunicado divulgado ontem diz que essa tem sido a praxe desde a edição do decreto de 2016.

Em despacho publicado anteontem no "Diário Oficial da União" (DOU), o presidente-substituto do FNDE, João Antonio Lopes de Oliveira, assinou a liberação de pagamento de R\$ 3

bilhões para o Fies, programa de financiamento estudantil do governo, mesmo dia de sua nomeação por Ricardo Vélez Rodríguez, ministro da Educação.

No entanto, a indicação de Oliveira e, por consequência, seus atos foram interpretados imediatamente como irregulares por terem sido autorizados por Vélez, e não Onyx Lorenzoni, ministro da Casa Civil.

Desde o início do governo de Jair Bolsonaro, vários ministérios estão com problemas semelhantes ao do MEC para a formação de suas equipes por causa de dificuldades na nomeação provocadas por um "apagão técnico" na Casa Civil após a "despetização" promovida por Lorenzoni, com exoneração em massa de servidores.

O parecer do MEC ainda diz que se ampara em entendimento da então Secretaria de Gestão Pública, do Ministério do Planejamento, que permite a designação de substituto de cargo que esteja vago para evitar a paralisação da máquina pública. "Tal situação emergencial justifica, a priori, a designação dos substitutos eventuais, antes mesmo da nomeação dos respectivos titulares."